CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1564/79

INTERESSADO: INSTITUTO AMERICANO DE LINS

ASSUNTO : Convalidação de matrícula de Arilcey Fátima do Amazonas de Freitas

RELATOR : Cons. Geraldo Rapacci Scabello

PARECER CEE N° 1789 / 79 - CPG - Aprov. em 19 / 12 / 79

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

Trata o presente protocolado de regularização de vida escolar de Arilcey Fátima do Amazonas de Freitas, filha de José Arimatéa de Freitas e de Leda Couto de Freitas, nascida a 08/08/57, em Tabatinga, Estado do Amazonas.

O Sr. Diretor do Instituto Americano de Lins encaminhou ao Conselho Estadual de Educação pedido de convalidação de matrícula de Arilcey Fátima do Amazonas de Freitas, em 1973, na 8ª série do 1º grau.

É a seguinte a situação escolar da interessada:

Ano Letivo	Série	Estabelecimento de Ensino	Observações
1970	5ª	Instituto Americano de Lins	Promovida
1971	6ª	Instituto Americano de Lins	Promovida
1972	7ª	Instituto Americano de Lins	Transferida no 2º semestre para o Colégio Estadual do Recife, onde ficou retida em Francês.
1973	8ª	Instituto Americano de Lins	Promovida

Apesar de retida em Francês, na 7ª série, no Colégio Estadual do Recife, foi matriculada, no ano seguinte, na 8ª série do 1º grau, no Instituto Americano de Lins.

A aluna foi transferida para uma instituição de ensino na qual a disciplina em que ficara retida não consta da sua estrutura curricular.

Concluiu o 2º grau, em 1977 na habilitação de Técnico em Enfermagem e, em face da retenção já aludida, o registro de diploma da interessada não foi efetuado.

2. APRECIÇÃO:

O artigo 13 da Lei 5692/71 está assim redigido:

"Artigo 13 - A transferência do aluno de um para outro estabelecimento far-se-á pelo Núcleo Comum fixado em âmbito nacional e, quando for o caso, pelos mínimos estabelecidos para as habilitações profissionais, conforme normas baixadas pelos competentes Conselhos de Educação".

A interessada foi transferida para uma instituição de ensino na qual a disciplina em que ficara retida na 7ª série não figura na sua grade curricular.

A Resolução CFE 58/76, de 22 de dezembro de 1976, instituiu a obrigatoriedade de inclusão de estudo de Língua Estrangeira Moderna como parte do Núcleo Comum para o ensino de 2º grau, recomendando a sua inclusão nos currículos de 1º grau onde as condições o indiquem e permitam.

Este Conselho já se manifestou em caso análogo como pode ser verificado no parecer CEE 785/79.

A Escola que a acolheu, em 1973, matriculou a interessada na 8ª série porque esta não fazia consignar, em seu currículo de 1º grau, nenhuma língua estrangeira moderna. A aluna estava aprovada em todos os componentes curriculares adotados por aquele Educandário. Mesmo que fosse obrigada a repetir a 7ª série, ao ser transferida, não haveria como frequentar as aulas e ser avaliada em Francês, dada a sua não inclusão no currículo.

A sua matrícula na 8ª série deve ser considerada regular, adotando-se com isso a linha esposada por este Conselho nos casos da espécie.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, voto pela convalidação da matrícula de Arilcey Fátima do Amazonas de Freitas, na 8ª série do 1º grau, em 1973, no Instituto Americano de Lins, bem como dos atos escolares subsequentemente praticados pela mesma.

São Paulo, 19 de novembro de 1979

a) Cons. Geraldo Rapacci Scabello
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Géron Munhoz dos Santos, Honorato de Lucca, Roberto Moreira, Geraldo Rapacci Scabello e Jair de Moraes Neves.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 19 de dezembro de 1979.

a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de dezerrbro de 1979.

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente